

APRESENTAÇÃO

Mais uma vez, apresentamos mais uma Edição da Revista do Instituto Políticas Públicas de Marília, em cumprimento aos objetivos que deram início a sua produção e a sua circulação, objetivos esses centrados na possibilidade de fazer dessa Revista um espaço de disseminação do conhecimento gerado, por meio e a partir de projetos, serviços e atividades relacionados às políticas públicas.

Nesse sentido, este número da Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, apresenta cinco artigos, conforme se segue.

“Educação em direitos humanos na perspectiva de gênero e sexualidades: a atuação da mediação docente na educação infantil pública paulista”, é o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo autor e pelas autoras, junto à pesquisa “Mediação, direitos humanos e cidadania: políticas educacionais, concepções e ações em escolas públicas estaduais paulistas e espanholas”, correspondendo à contextualização e reflexão teórica do papel da mediação docente na educação em direitos humanos na perspectiva de gênero, especificamente, na Educação Infantil. Ressalta-se a busca por apresentar aspectos referentes à historicidade e a construção da categoria social gênero como um dos agentes de otimização e progresso do tratamento aplicado à diversidade humana, como sustentação da afirmação e cumprimentos dos direitos humanos dos sujeitos protagonizados por tal categoria.

Na sequência, em “Autoformação cooperada e a política de formação de professores: reflexões acerca do Movimento da Escola Moderna em Portugal a partir do enfoque Histórico-Cultural”, as autoras discutem, entre outros aspectos, aqueles que consideram “[...] críticos no referencial teórico e no modelo formativo utilizado pelo Movimento da Escola Moderna, como a utilização superficial e equivocada da teoria vigotskiana, e o modelo esvaziado de formação.”

<http://doi.org/10.33027/2447-780X.2016.v2.n2.01.p7>

No artigo seguinte, “Participação dos Conselhos Municipais na elaboração do Plano Municipal de Educação”, mediante temática atual e relevante, as autoras apresentam seus resultados de pesquisa de maneira a afirmar que, infelizmente, “[...] apesar da exigência legal de participação dos Conselhos na efetivação do PME, isso não basta para que realmente ocorra à participação da sociedade na implementação dessa política.”

Finalmente, no artigo “Antropologia e Economia: proposta de desenvolvimento teórico-metodológico para contextos burocráticos”, por meio de base teórica consistente, o autor e a autora, ousadamente, afirmam ter Identificado e analisado “[...] as razões para a introdução de inovações organizacionais em contextos burocráticos, chegando a sugerir “[...] um enfoque transdisciplinar que permita a identificação de padrões emergentes, tendências e/ ou transformações latentes, de abrangência mais ampla.

Portanto, convido a todos e a todas à leitura desses importantes resultados de pesquisas e estudos, os quais, acreditamos, fomentarão pautas de discussões sobre políticas públicas.

Rosane Michelli de Castro
Editora Responsável